



# Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade

---

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

Atena  
Editora  
Ano 2020



# Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

Atena  
Editora  
Ano 2020

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária** Janaína Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Jeanine Mafra Migliorini

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-476-4

DOI 10.22533/at.ed.764200810

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

### Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O estudo do espaço sempre envolve a coletividade, por mais privado que seja um espaço ele pode servir a mais de um indivíduo, também podemos pensar nos grandes espaços, abertos públicos. Discutir o uso, a apropriação, o destino que a ele se dá é necessário, pois não podemos pensar em apenas descartar ou esquecer o que já foi gerado, um vez que o impacto de atitudes assim já pode ser sentida na nossa sociedade, onde se percebe a finitude dos recursos, que a responsabilidade sobre o uso consciente do espaço é obrigatória. Além do impacto ambiental devemos discutir também o impacto social, histórico. A permanência ou não de edificações, sua relevância e significação.

Este livro aborda, sobre diferentes aspectos, o espaço. Traz-se discussões sobre a fragilidade socioespacial e ambiental de determinadas regiões e como tratar disso, aborda também a humanização dos espaços, entendendo o mesmo muito além de um espaço construído, mas sim da melhor forma que ele pode se apresentar e valorizar o ser social e humano. A discussão se volta para uma questão técnica: a acessibilidade, sua fragilidade e como não se pode dispensá-la. Os artigos seguintes abordam questões referentes a conjuntos já edificados, como são compreendidos e como devem ser tratados.

O tema amplia a escala e passa a tratar de espaços urbanos maiores, apresenta a resposta a uma oficina participativa e as relações complexas e atuais do porto de Paranaguá-PR. O patrimônio vira o foco dos artigos seguintes que abordam a morfologia dos espaços germinais, o patrimônio industrial, as vilas de operários, o patrimônio imaterial, a descaracterização de locais de origem de Roraima e finaliza com o acervo da Câmara dos Deputados.

Todos os temas, tão caros à nossa sociedade, que precisa voltar os olhos para essas questões, cotidianas, mas que não podem ser deixadas à margem, devem ser amplamente debatidas para a formação de espaços de qualidade para uso da sociedade.

Boa leitura e boas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL A PARTIR DE TÉCNICAS PARA COMUNIDADES EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL

Vera Santana Luz

**DOI 10.22533/at.ed.7642008101**

### **CAPÍTULO 2..... 25**

SUSTENTABILIDADE E HUMANIZAÇÃO EM UM CENTRO DE REABILITAÇÃO

Mariana Irigoyen

Luciano Javier Monza Cachán

**DOI 10.22533/at.ed.7642008102**

### **CAPÍTULO 3..... 42**

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: IDENTIFICAÇÃO DE BARREIRAS EM EDIFICAÇÃO ESCOLAR E PROPOSIÇÃO DE ADEQUAÇÕES COM BASE NA NBR 9050:2020 E NBR 16537:2016

Karla Alberini do Amaral

Hugo Sefrian Peinado

**DOI 10.22533/at.ed.7642008103**

### **CAPÍTULO 4..... 58**

A FUNÇÃO RESIDENCIAL no Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Claudio Antônio Santos Lima Carlos

João Pedro Soares Ferreira

Jonathan Trindade

Luiz Philipe Santos da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.7642008104**

### **CAPÍTULO 5..... 72**

ESPAÇOS PÚBLICOS DE BRASÍLIA: SETOR HOSPITALAR LOCAL SUL (SHLS)

Aisha - Angèle Leandro Diéne

Bruna Pereira de Andrade

**DOI 10.22533/at.ed.7642008105**

### **CAPÍTULO 6..... 82**

OFICINA PARTICIPATIVA DE INTERVENÇÃO URBANA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO ADOTE UMA PRAÇA

Larissa Leticia Andara Ramos

Ana Paula Rabello Lyra

Nayra Carolina Segal da Rocha

Raquel Corrêa Mesquita

Fernanda Roza Maranhão

Suzany Rangel Ramos

**DOI 10.22533/at.ed.7642008106**

<b>CAPÍTULO 7.....</b>	<b>94</b>
RELAÇÕES PORTO-CIDADE E O IMPERATIVO DA RESPONSABILIDADE: ANÁLISE DA ABORDAGEM DO PLANO MESTRE DO COMPLEXO PORTUÁRIO DE PARANGUÁ	
Kellen Smak	
Sidney Reinaldo da Silva	
Rogério Baptistella	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7642008107</b>	
<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>105</b>
DA MORFOLOGIA URBANA AO RESTABELECIMENTO DE MARCOS CULTURAIS: ESTUDO APLICADO A UM NÚCLEO GERMINAL MUNICIPAL	
Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe	
Lorena Gaspar Santos	
Melissa Almeida Silva	
Rianny Silva dos Santos	
Walter Gomes Goiabeira Filho	
Wellington Jorge Cutrim Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7642008108</b>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>115</b>
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, AS TEORIAS CLÁSSICAS DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO E CONSIDERAÇÕES ÀS CARTAS PATRIMONIAIS	
Ronaldo André Rodrigues da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7642008109</b>	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>132</b>
VILA ECONOMIZADORA: A MEMÓRIA E AS TRANSFORMAÇÕES	
Giovanna Lopes Barbosa	
Izamara Macedo Oliveira	
Marina Marques da Silva	
Thais Cristina Silva de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76420081010</b>	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>142</b>
PATRIMÔNIO IMATERIAL E PAISAGEM CULTURAL NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PIRACICABA	
Marcelo Cachioni	
Fernando Monteiro de Camargo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76420081011</b>	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>154</b>
PORTO DO CIMENTO: O BERÇO DE BOA VISTA DESCARACTERIZADO PELA GESTÃO PÚBLICA – RORAIMA, BRASIL	
Jefferson Eduardo da Silva Morales	
Georgia Patrícia da Silva Ferko	
Graciete Guerra da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76420081012</b>	

<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>166</b>
GERENCIAMENTO DE RISCO DOS ACERVOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONGRESSO NACIONAL	
Gilcy Rodrigues Azevedo	
Juçara Quinteros de Farias	
Cláudia Fernandes Porto	
DOI 10.22533/at.ed.76420081013	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA .....</b>	<b>180</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>181</b>

## O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, AS TEORIAS CLÁSSICAS DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO E CONSIDERAÇÕES ÀS CARTAS PATRIMONIAIS

*Data de aceite: 01/10/2020*

**Ronaldo André Rodrigues da Silva**

PUC Minas/Brasil, ICOMOS-Brasil, TICCIH-Brasil, APPI-Portugal  
Belo Horizonte – Minas Gerais

**RESUMO:** O conceito de patrimônio industrial tem buscado se afirmar no Brasil como uma importante área de preservação e conservação da história e da memória da cultura material. A diversidade e pluralidade de formas de expressão do patrimônio cultural possibilita sua inserção no rol de elementos de reconhecida importância para a sociedade e resgata as relações entre o homem e a sociedade segundo uma perspectiva centrada em questões relacionadas ao mundo do trabalho. Os conceitos de patrimônio cultural e patrimônio industrial encontram-se mutuamente aplicados às diversas interpretações e diferentes formas de representatividade da cultura, desde elementos da cultura local e nacional ao reconhecimento por órgãos internacionais de preservação do patrimônio, como a UNESCO, o que permite uma ampliação do leque de elementos representativos das múltiplas culturas dos diferentes povos. Busca-se, então, realizar algumas considerações acerca das relações existentes entre as teorias clássicas da conservação e restauração e as cartas patrimoniais que tratam os conceitos voltados à preservação do patrimônio industrial. Constrói-se, assim, uma análise preliminar das relações

estabelecidas entre os elementos de patrimônio industrial e os valores relativos aos monumentos de Alois Riegl e princípios fundamentais da restauração de Camillo Boito. Posteriormente, apresentam-se as cartas patrimoniais voltadas aos elementos industriais, principalmente à sua conservação e preservação. Por fim, ao vislumbrar tal panorama apresenta-se uma possibilidade de ampliação da visão de cultura, da memória e da história a partir da leitura de um patrimônio específico, o industrial, alicerçado nas múltiplas relações entre as sociedades, seus grupos e a ciência e tecnologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Industrial, Conservação, Restauração, Cartas Patrimoniais.

**ABSTRACT:** The concept of industrial heritage has sought to assert itself in Brazil as an important area for the preservation and conservation of the history and memory of material culture. The diversity and plurality of forms of expression of cultural heritage allows its insertion in the list of elements of recognized importance for society and rescues the relations between man and society according to a perspective centered on issues related to the world of work. The concepts of cultural heritage and industrial heritage are mutually applied to different interpretations and different forms of representativeness of culture. From elements of local and national culture to recognition by international heritage preservation bodies, such as UNESCO, it allows for an expansion of the range of elements representing the multiple cultures of different peoples. It seeks, then, to make some considerations about the relations existing between the classic theories of

conservation and restoration and the heritage charts that deal with the concepts aimed at the preservation of the industrial heritage. Thus, a preliminary analysis of the relations established between the elements of industrial heritage and the values related to the monuments of Alois Riegl and fundamental principles of the restoration of Camillo Boito is constructed. Subsequently, the heritage charts focused on industrial elements, mainly their conservation and preservation, are presented. Finally, when looking at this panorama, there is a possibility of expanding the vision of culture, memory and history from the reading of a specific heritage, the industrial one, based on the multiple relations between societies, their groups and science and technology.

**KEYWORDS:** Industrial Heritage, Conservation, Restoration, Heritage Charts.

## 11 O PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA MULTIDISCIPLINARIDADE

O conceito de patrimônio cultural tem sido recentemente ampliado, sendo agregada ao conceito tradicional a patrimonialidade material e imaterial e pensadas a natureza e a diversidade como fatores preponderantes ao seu conteúdo. Tais fatores determinam uma ampliação na percepção do conceito que engloba as ciências humanas, já tradicionalmente inscritas em suas definições, mas também as exatas (patrimônio tecnológico e material) e as da saúde e biológicas (patrimônio genético). Sua ampliação leva a uma desconstrução e reconstrução dos parâmetros até então utilizados, pois são necessários novos olhares para o entendimento da abrangência. A necessidade de inclusão de aspectos que envolvam a identidade e identificação dos grupos sociais a que pertencem os elementos patrimoniais, torna-se necessário avaliar como a tradição, os costumes, as mudanças culturais interferem na percepção desses elementos e desenvolvem a memória e a história dos lugares a que pertencem, das comunidades que os delimitam e a sua identidade social. (Cagriota, 2009).

As diferentes relações estabelecidas com o tempo e com o espaço determinam as mudanças nas percepções entre as tradições e sua importância para a construção das diversas identidades – individuais e coletivas. Os novos modelos patrimoniais e culturais redefinem essas identidades e levam à identificação de elementos que tendem a contribuir para uma nova relação entre passado-presente-futuro, entre memória-história e entre indivíduo-coletividade.

A inclusão de parâmetros ‘novos’ ao conceito de patrimônio tem procurado aproximar ainda mais os temas correlacionados à condição dos elementos considerados essenciais à memória e à história de lugares e grupos sociais. As questões relacionadas à monumentalidade, à particularidade e à identidade têm sido redefinidas ou reconstruídas segundo o entendimento de diversos grupos envolvidos, direta e indiretamente, que se consideram responsáveis pela preservação e conservação de determinado patrimônio, mas principalmente por sua memória e identidade, seja individual ou coletiva. Com tais referências reconstruídas, as oportunidades para se discutir e incluir o patrimônio industrial dentre aqueles considerados como patrimônios culturais tem permitido amplas discussões.

Outra questão relativa ao patrimônio cultural e à construção de seu conceito refere-se

às relações estabelecidas com o contexto urbano, com a comunidade, ou seja, a sociedade em que se encontra inserido. A partir da dinâmica estabelecida para as relações sociais entre o contexto social e o contexto estrutural urbano que a compõe tem-se, em particular, a relação construída quanto ao entendimento do conceito dos monumentos que se fazem presentes e se descobrem na medida em que determinam uma relação de compreensão entre a formação da sociedade e o monumento. Essa necessidade de representatividade se faz segundo a relação de pertencimento e de identidade criadas.

Dessa forma Choay (2011) apresenta o conceito de patrimônio histórico o qual compreende

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (p. 11).

Na apresentação do conceito, Choay (2011) trata o patrimônio como algo representativo da comunidade em geral e que a ela se determina por uma relação de identidade e identificação. Dessa forma, os diversos sentidos dados ao patrimônio e sua diversidade de representações significa uma representação de certa hereditariedade social, ao mesmo tempo síncrona (a partir dos diversos significados que compreende segundo a memória e a história reveladas por ele) e assíncrona (pois se revela segunda as interpretações subseqüentes determinadas pelo tempo futuro em relação aos significados e signos que toma ao longo do tempo). Assim, torna-se necessário diferenciar o patrimônio histórico, que se constrói a partir da identificação três grandes categorias – remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Posteriormente incluem-se as diversas formas da arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, públicos e privados, suntuários e utilitários, também denominados de arquitetura menor, arquitetura vernacular e arquitetura industrial. (Choay, 2011).

Assim, percebe-se que os conceitos desenvolvidos para descrever patrimônio se ampliam, sendo agregados ao conceito tradicional e atrelados à patrimonialidade material e pensado a partir de sua natureza e diversidade. Além das novas formas de ‘pensar’ o patrimônio emergem também com maior intensidade o patrimônio imaterial e o patrimônio intangível.

Complementarmente, Argan (1992) apresenta tal mudança na interpretação do patrimônio em função de novas interpretações dos monumentos urbanos, principalmente no que se refere à transformação de uma anterior razão comemorativa e didática, para posteriormente, e na atualidade, passar a uma transformação social. A busca por uma representação da cultura de massa que se concilia com a historicidade torna-se diferenciada daquela anteriormente construída a partir de uma perspectiva ideológica a

partir de premissas anteriormente dadas.

A dinâmica proposta ao entendimento do conceito de monumento histórico recai então em sua constante mudança de perspectivas de interpretação, pois as mesmas ocorrem a partir do olhar e da percepção de indivíduos ou grupos acerca de seu significado ou sua significância. As diversas representações e interpretações dadas ao patrimônio se tornam resultado da história do lugar, da cultura do lugar e da memória do lugar. Para Argan (1992), a cristalização e a manifestações da história das cidades ocorre a partir das mudanças por elas sofridas e provocadas ao longo do tempo e cuja essência não compreende leis evolutivas, mas características antagônicas baseadas em tendências inovadoras e ao mesmo tempo conservadoras.

A contrapartida entre inovação e conservadorismo afeta a condição do patrimônio pois, em busca da modernidade, da inovação, do desenvolvimento e da “novidade”, muitas vezes se tem uma destruição construtiva e de modernização que, em nome do progresso técnico e social, da melhoria de condições de vida, da higienização e da qualidade de vida se determina a substituição de alguns elementos patrimoniais por outros edifícios ou equipamentos sociais que proporcionaram uma vida melhor. (Choay, 2011). Em favor de sua conservação e preservação, há vozes discordantes que diante das constantes ameaças, permitem desenvolver uma consciência quanto ao valor científico, estético, memorial, social e urbano dos diversos elementos que representam a sociedade moderna, e também a sociedade industrial avançada. Essa possibilidade de interpretação do patrimônio, a partir da sua capacidade de representar os mais diversos grupos, de recorrer à cultura de massa como identidade do “lugar do outro”, do “outro lugar” ou mesmo do “não-lugar”. A capacidade de interpretar o monumento segundo a informação por ele repassada ao outro, criando-lhe uma identificação e até mesmo uma identidade, determina uma transformação do próprio elemento e do espaço que ele ocupa e o circunda.

A transposição do monumento por vezes distorce e mesmo o destitui de seu significado de memória e história, sendo por vezes não reconhecido como monumento, por sua não-representação. Deve-se, portanto, questionar os reais valores e significados dos diversos monumentos históricos, sua representatividade social, cultural, histórica e de memória. Argan (1992) apresenta questionamentos acerca dos significados dados e concebidos aos novos espaços culturais cujo conjunto de informações e interpretações por vezes podem definir desde seu real valor histórico e de significação, ou mesmo sua banalização. O processo definidor de monumentalização do espaço ou dos elementos que o compõem deve procurar não perder de vista os signos e significados que esse tem para com aqueles que o percebem como referência de memória e de história. Ao mesmo tempo busca-se identificar as possíveis causas para um possível esvaziamento do significado cultural e mesmo identificar os motivos que levaram a tal situação.

As possíveis reflexões vindas a partir dos monumentos e dos monumentos históricos devem, de maneira geral, possibilitar uma autonomia disciplinar que permitir construir e

reconstruir significados que permitam definir uma dinâmica contínua a sua existência. Entretanto, Argan (1992) apresenta uma certa dificuldade na relação estabelecida entre o “antigo” e o “novo”, entre os elementos significantes do passado e os elementos do presente e do futuro. Assim, um entendimento dos monumentos e monumentos históricos como elementos carregados de signos e significados, muitas vezes se define pelos grupos e sociedades que os identifica e que lhes propõe uma forma de comunicação e integração com o passado, a partir da memória e da história. Ao mesmo tempo, os processos de comunicação definem uma fluidez e transitoriedade da sociedade contemporânea, em que as constantes e sequenciais mudanças em todos os processos moldam e definem uma cultura “nômade e camaleônica”. Tal dicotomia na interpretação dos monumentos leva a “um grande problema cultural da arquitetura moderna ... a reanimação dos centros históricos, que não se podem condenar a uma existência puramente de museu”. (Argan, 1992, p. 249).

Uma possível resposta a tal problema constitui na definição de um papel político e social do patrimônio cultural, que segundo Argan (1992) se define a partir da função do arquiteto (atualmente definida pelos responsáveis pelo patrimônio cultural, local ou nacional) em que se compreende a cidade como

[...] uma entidade histórica absolutamente unitária, e uma das grandes tarefas culturais... é resgatar as periferias de uma condição de inferioridade ou até mesmo de semicidadania. E isso só se pode conseguir estabelecendo em toda a cidade uma circulação cultural, uniforme que a torne, realmente, um sistema de informação. (p. 249-250).

A unicidade de reconhecimento dos monumentos passa pela construção de seus diferentes significados a partir das interpretações dos grupos que os percebem. Não se pode deixar de incluir quaisquer que sejam os grupos envolvidos no processo de construção de seu significado, mas deve-se fazê-lo segundo uma dinâmica de reconhecimento do mesmo a partir do momento atual vivido e do passado por ele significado a partir de reminiscências da memória e da história por ele representados.

## **2 | O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E A ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL**

As origens do conceito de patrimônio industrial remontam a meados do século XIX, quando se expande a revolução Industrial e se desenvolvem a partir do grande número de equipamentos e acessórios industriais que constituem a evolução de diversas áreas do conhecimento, dentre elas a hidráulica e a eletromecânica, bem como as áreas industriais como têxteis, metalurgia e siderurgia. Antes dos anos 50 do século XX, as referências à expressão vinculavam-se à necessidade de identificação, preservação e conservação do patrimônio industrial britânico a partir das estruturas, artefatos e lugares que poderiam identificar o passado econômico e as atividades sociais a ele relacionadas.

Para Palmer e Neaverson (1998), pode-se dizer que o campo se institucionaliza nos anos 50 do século XX, quando o termo arqueologia industrial foi popularizado por Michel Rix, apesar de suas origens se apresentarem ao final do século XIX. Dentre os precursores se tem o português Francisco de Sousa Viterbo que publicou em 1896 o artigo “Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos” e dos primeiros a utilizar a expressão “arqueologia industrial”, fazendo dela uma nova disciplina para pesquisadores e educadores em relação aos restos e remanescentes do passado das atividades industriais, memórias das pessoas, das técnicas e da tecnologia.

O termo foi aceito somente na década de 60 do século XX como aquela área específica de estudos em que não havia uma preocupação centrada no patrimônio material, mas, também, nas reminiscências das sociedades, levando-se em consideração os parâmetros sociais e culturais que definiam a sociedade industrial (Minchinton, 1983). O primeiro livro e o primeiro periódico foram publicados por Kenneth Hudson em 1963, nos quais ainda se cita a Mr. Donald Dudley, professor de latim da Universidade de Birmingham, que utilizava a expressão ‘arqueologia industrial’ em suas palestras (Hudson, 1965; Trinder, 1992).

Em 2003, através da Carta de Nizhny, o TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) construiu conceitos de patrimônio industrial e arqueologia industrial os quais abarcavam o seguinte conteúdo:

O **patrimônio industrial** compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A **arqueologia industrial** é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, os assentamentos humanos e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação e pesquisa mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial. (TICCIH, 2003)

Estes conceitos e demais princípios relacionados ao patrimônio industrial foram reafirmados na 17ª Assembleia Geral do ICOMOS (International Council of Monuments and Sites) em novembro de 2011, ao se estabelecer os Princípios de Dublin, que definem parâmetros para documentar e compreender as estruturas de patrimônio industrial, bem como os sítios, áreas e paisagens industriais, incluindo-se seus diversos valores.

Houve também a proposição em assegurar uma proteção eficaz e a conservação dos elementos de patrimônio industrial, sua conservação e manutenção; e apresentar e

comunicar as dimensões e valores patrimoniais das estruturas industriais e seu entorno com o propósito de incentivar e fomentar a consciência pública e corporativa para apoio, formação profissional e pesquisa próprios à preservação do patrimônio industrial.

Pode-se afirmar que o patrimônio industrial possui características peculiares que lhe garantem certa particularidade quando destacado em relação ao patrimônio cultural. A natureza e a escala diferenciadas determinam uma maneira única ao se tratar sua definição e sua identificação e identidade. A classificação de edifícios ou aspectos arquitetônicos não permite abarcar as infinitas possibilidades de identificação do patrimônio industrial, uma vez que se pode considerar que todo o território de influência das organizações – sejam industriais, comerciais ou de serviços, sejam urbanas ou rurais – possui formas de expressão materiais e imateriais que remetem ao patrimônio industrial. Assim, devem ser consideradas as formas de expressão imateriais, como o *savoir-faire*, a evolução da técnica e da tecnologia que se baseiam em conhecimentos e se apresentam expressas de maneira não-material. (Choay, 2001).

Dentre as diversas possibilidades de patrimonialização dos elementos industriais tem-se múltiplas possibilidades para a sua valorização, desde a revitalização de edifícios industriais, ao reuso de ambientes e paisagens industriais e a utilização de elementos expositivos em ambientes abertos ou áreas externas. Entretanto, para estes últimos deve-se observar a necessidade de um plano de conservação e restauração que procure a valorização e preservação desses elementos o que torna necessária a busca por um conjunto de ações e estratégias preocupadas com os agentes de deterioração e, principalmente vinculadas às políticas e estratégias de reconhecimento de possibilidades de expressão do patrimônio industrial e cultural. Deve-se observar a existência de exemplos diversos de recuperação e preservação da história industrial e cultural os quais apresentam como possibilidade o (re)conhecimento de uma época vivida e de seu entorno, além das mudanças sociais e econômicas ocorridas, a evolução das sociedades e demais transformações sociais, expectativas e limitações da sociedade contemporânea.

### **3 | A TEORIA DA RESTAURAÇÃO E O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL**

Os conceitos derivados da restauração e da conservação se determinam segundo os processos a serem desenvolvidos a partir do conjunto de decisões e procedimentos empregados em um objeto artístico ou monumento para devolver, de maneira integrada, a integridade estrutural e estética a tal bem cultural. As intervenções realizadas se baseiam na identificação dos processos de deterioração sofridos ao longo do tempo, sejam eles danos naturais, em virtude da ação do tempo e elementos da natureza ou sofridos, sejam por acidente, mau uso, condições de guarda, vandalismo, dentre outros.

A diferenciação entre os conceitos de restauração, conservação e conservação preventiva colocada pela Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores –

ABRACOR tem por definições as adotadas pelos membros do ICOM-CC (International Council of Museums – Committee for Conservation) durante a XVª. Conferência Triannual, em Nova Delhi, em 2008.

[...] **Conservação** – todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Todas estas medidas e ações deverão respeitar o significado e as propriedades físicas do bem cultural em questão.

**Conservação preventiva** – todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizadas no contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente em um grupo de bens, seja qual for sua época ou condições. Estas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência.

**Conservação curativa** – todas aquelas ações aplicadas de maneira direta sobre um bem ou um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos danosos presentes ou reforçar a sua estrutura. Estas ações somente se fazem quando os bens se encontram em um estado de fragilidade adiantada ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, de tal forma que poderiam perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações às vezes modificam o aspecto dos bens.

**Restauração** – todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem perdeu uma parte de seu significado ou função através de alterações passadas. Baseia-se no respeito ao material original. Na maioria dos casos, estas ações modificam o aspecto do bem (ABRACOR, 2010, p. 1-2)

Assim, dentre as possibilidades apresentadas e dentre os teóricos da restauração pode-se aplicar aos elementos de patrimônio industrial, em particular ou de maneira mais generalizada, as ideias colocadas por Kühn (2008), quando realizadas referências às questões de abrangência dos trabalhos de Camillo Boito a partir das formulações de John Ruskin e William Morris. Dentre as questões abordadas, tem-se que a conservação e restauração do objetivo deve estar alicerçada em *“um grande respeito pela matéria original, pelas marcas da passagem do tempo na obra, aconselhando manutenções periódicas, mas admitindo a possibilidade de ‘morte’ de uma dada edificação”* (Kühn, p. 17, 2008).

A possível lógica de conservação, ou não, do monumento ou da obra de arte, segue, segundo Boito uma possibilidade denominada “lógica impiedosa” que consiste no fato de não-intervir, ou seja, sob a impossibilidade de conservar o objeto em suas características e funções, resta ao conservador-restaurador buscar preservá-lo segundo sua memória e sua história. A inevitabilidade de destruição ou deterioração contínua, como ocorrida em

obras ao ar livre, a ‘morte natural’ ou degradação natural deve ser preservada. Entenda-se por degradação a *“mudança do estado material em comparação com seu estado original, esta perda implica a alteração dos atributos de valor, estéticos, científicos, históricos e simbólicos, para além da perda dos atributos materiais”* (Souza e Froner, p. 10, 2008).

Tem-se ainda, segundo Riegl (2013), que as obras de arte têm em si mesmas os significados da passagem do tempo e suas implicações não somente em relação às concepções de evolução artística e tecnológica, quanto às técnicas e materiais aplicados. A importância histórica abrange a noção de evolução que compreende uma sequência de acontecimentos em que se busca conservar testemunhos de saberes e objetos, direta ou indiretamente, sequenciados cronologicamente os quais testemunham o desenvolvimento das atividades humanas. Ao relacionar as questões históricas às obras de arte o contexto representativo da evolução histórica apresenta-se como parte de uma totalidade dos diversos ramos do conhecimento, o que também ocorre aos elementos artísticos, em particular. Considera-se ainda que ao se retratar o elemento histórico apenas parcialmente, tem-se um conjunto de elementos os quais deveriam trazer uma representatividade do todo, mesmo de maneira minoritária quanto à quantidade de exemplares existentes no passado. Riegl (2013) considera ainda que esse conjunto se trata

[...] de elementos tão pouco significativos que, em milhares de casos semelhantes, os abandonamos sem lhes prestarmos qualquer atenção, dado que possuímos em número suficiente outros monumentos que nos comunicam de modo mais pormenorizado mais ou menos o mesmo. Mas, se o referido recorte fosse o único testemunho conservado da criação artística do seu tempo, teríamos de o considerar, apesar da sua pobreza, como um monumento artístico indispensável.

O elemento artístico que nele encontramos, porém, interessa-nos, em primeiro lugar, somente de um ponto de vista histórico: o monumento surge-nos como um elo indispensável na cadeia evolutiva da história da arte” (p. 11)

As relações estabelecidas entre o contexto histórico e artístico referem-se, de maneira objetiva, às interpretações estéticas e de intencionalidade artística. As referências desenvolvidas segundo materiais e técnicas adotadas para a obra de arte se somam às referências ao passado e à memória de referência quanto à concepção. Dessa maneira, tem-se definidos por Riegl (2013) os conceitos de valores relativos aos monumentos que estão apresentados no quadro 1 a seguir.

<b>Valor</b>	<b>Conceitos</b>
<b>1. Valor de memória</b>	relaciona o passado-presente histórico e evolutivo de técnicas e elementos artísticos.
a. Valor de antiguidade	compreende a percepção de uma continuidade histórica e temporal sobre o monumento a partir de sua ação sobre o conteúdo e verificação dos efeitos sobre suas partes (função cronológica).
b. Valor histórico	representa as características percebidas no momento da ação humana para a sua criação, segundo a evolução de técnicas e materiais a ele associadas (função histórico-evolutiva).
c. Valor de memória intencional	busca tornar presente, a memória e temporalidade de um momento histórico-evolutivo passado (função histórico-“presentificada”)
<b>2. Valor de atualidade</b>	relaciona o presente-futuro das técnicas e elementos artísticos.
a. Valor de uso	relação do objeto / monumento em si a sua função, utilidade e objetivo diante do contexto em que se encontra (função formal)
b. Valor artístico	compõe-se da materialidade e funcionalidade do objeto / monumento.
b.1. Valor de novidade	estabelece-se a partir de características estabelecidas segundo o conceito de ineditismo estético-material-funcional. (função integridade-completude-unidade)
b.2. Valor artístico relativo	relaciona os materiais e técnicas empregados no monumento, a concepção estética-formal e a memória histórica nele contidas (função objetiva-subjetiva).

Quadro 1 – Valores Relativos aos Monumentos

Fonte: Adaptado de Riegl (2013)

Dessa maneira, tem-se aplicada a teoria do restauro ao patrimônio industrial aos equipamentos e máquinas, os quais têm, por natureza, uma função produtiva, que dever ser preservada, seu uso e função produtivos a fim de que possam ser identificadas as referências do tempo ao seu uso e as atividades produtivas que o definem. Complementarmente, a partir dos princípios apresentados por Boito (2008), uma comparação às possíveis posturas e ações a serem observadas na intervenção de objetos de arte ou monumentos históricos. Tais parâmetros podem ser observados em relação aos princípios a serem adotados na intervenção de monumentos ou objetos que estejam vinculados à história social e econômica do lugar, como aqueles que se encontram ao ar livre. Tem-se ainda que a relação existente entre o profissional e a obra a ser restaurada encontra-se além das funções profissionais ou históricas.

O fato de entender a obra em sua plenitude e extrapolar o campo da atividade de restauração tornam-se elementos essenciais para se compreender o objeto e nele intervir, ou seja, “para bem restaurar é necessário amar e entender o monumento, seja estátua, quadro ou edifício, sobre o qual se trabalha, e do mesmo modo para a arte antiga em

geral". (Boito, p. 31, 2008). As relações observadas em decorrência dos princípios estão colocadas no quadro 2 a seguir:

<b>Princípio</b>	<b>Aplicação</b>
1. Ênfase no valor documental	A possibilidade de se intervir de maneira curativa permite desenvolver a expressão consolidar a reparar, reparar a restaurar.
2. Evitar acréscimos e renovações	A observância do estado atual e da ação do tempo em decorrência dos tempos de uso e tempo de exposição.
3. Complementos de partes deterioradas ou faltantes	Se necessários, diferenciados aos elementos originais e realizados de maneira simplificada.
4. Obras de consolidação	Limitadas ao estritamente necessário com a finalidade de evitar a perda de elementos característicos ou pitorescos.
5. Respeitar as várias fases do monumento	Evitar, o quanto possível, a remoção de elementos e realizá-las somente quando necessárias, respeitada a integridade do objeto.
6. Registro das obras	Documentação das diversas etapas de intervenção, com detalhamento das ações, intenções e suas justificativas.
7. Identificação (lápide)	Apontar a temporalidade das intervenções realizadas.

Quadro 2 – Princípios Fundamentais da Restauração – Camillo Boito

Fonte: Adaptado de Kühn, p. 21-2, 2008.

Deve-se observar, assim, a necessidade de uma atividade baseada em teorias de documentação e metodologia, aliada às conotações de elementos culturais e de memória a fim de que se possa desenvolver uma ação restauradora que preserve tanto as características intrínsecas ao objeto como as extrínsecas a ele incorporadas pela temporalidade.

Dessa maneira, os princípios apresentados por Boito colaboram para a consolidação do campo e determinam, de certa maneira, os princípios da Carta de Veneza, de 1964, que considera a ação do campo da restauração embasada no caráter cultural dos objetos e das obras de arte e da relação existente entre os campos estético e histórico. Tem-se ainda, no contexto dos valores temporais e nos valores definidos como de antiguidade a busca por um equilíbrio entre as intervenções e a memória naturalmente apresentada pelo objeto da passagem do tempo. Para Riegl (2013)

Do ponto de vista do valor de antiguidade, só se deve evitar incondicionalmente uma coisa, a saber, a intervenção arbitrária da mão humana naquilo que se tornou um monumento estabilizado; não pode sofrer nem aumento nem diminuição, nem uma reposição do que foi dissolvido no decurso do tempo pelas forças naturais nem uma subtração do que de igual modo se acrescentou ao monumento, de tudo o que desfigura a sua forma original e

coesa. A pura impressão redentora do perecer natural e regular não pode ser perturbada mediante o acréscimo arbitrariamente enxertado de algo acabado de produzir. (p. 30-1).

Nessa perspectiva pretende-se entender o campo da conservação-restauração como ponto de partida para uma reflexão acerca dos objetos considerados patrimônio cultural, dentre eles aqueles relacionados ao patrimônio industrial e especificamente o objeto de estudo, segundo uma perspectiva histórica e da construção do campo do saber.

Complementarmente tem-se o foco em questões que envolvem o patrimônio cultural industrial, uma vez que uma parte da representatividade da memória e da história cultural e social se encontra inserida em uma ideia de evolução do conceito e conseqüentemente sua ampliação a objetos industriais e elementos da cultura material e imaterial relacionados ao mundo do trabalho que estão considerados como patrimônio cultural.

Essa interpretação do conceito de patrimônio cultural e de patrimônio industrial tem sido considerada nas propostas de legislação e documentação existentes no campo da conservação-restauração, como por exemplo as Cartas Patrimoniais e as propostas de preservação e valorização do patrimônio cultural de diversos órgãos internacionais, como UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), ICOMOS, ICCROM (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*) e ICOM (*International Council of Museums*) e nacionais – IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) e IEPHA-MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de *Minas Gerais*) – dentre outros.

## 4 | AS CARTAS PATRIMONIAIS E O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

O TICCIH (2003) apresenta como recomendação os seguintes pontos como essenciais ao desenvolvimento da arqueologia industrial:

[...] promover a cooperação internacional na preservação, a conservação, a investigação, a documentação, a investigação e a apresentação de nossa herança industrial, e promover a educação nestas matérias. Isso inclui os restos físicos do passado industrial, tal como paisagens, de lugares, de estruturas, da planta, do equipamento, dos produtos e de outros acessórios e complementos, como sua documentação, consistindo no material verbal e gráfico, e os expedientes das memórias e das opiniões dos homens e das mulheres que estejam implicados. (TICCIH, 2003).

Nesse contexto, percebe-se que os elementos apresentados como foco da promoção da arqueologia industrial e do patrimônio industrial compreendem tanto elementos materiais como imateriais, tanto elementos móveis, como imóveis. Ao tomar por referência o patrimônio arqueológico pode-se considerar as relações com os princípios apresentados na Carta de Atenas ao observar, segundo FRONER (2001), “a proteção de sítios históricos e monumentos [...] acentuar questões da restauração como fator primordial à preservação [...] mencionar as atividades arqueológicas como integradas ao processo de preservação”

(p. 208). Essas questões estão também pontudas, para o caso específico da arqueologia industrial na carta de Nizhny Tagil quando recomenda:

A investigação arqueológica de espaços industriais históricos constitui uma técnica fundamental para o seu estudo. Ela deve ser realizada com o mesmo rigor científico e metodológico aplicados em outros períodos históricos ou culturais. (Item 3, § IV) (TICCIH, 2003).

Os sítios ameaçados deverão ser identificados para que possam ser tomadas as medidas apropriadas para reduzir esse risco e facilitar eventuais projetos de restauro e de reutilização (item 3, § VII) (p. 5) (TICCIH, 2003).

Compreende ainda uma preocupação quanto à necessidade de integração profissional de maneira internacional com a finalidade de proporcionar a conservação dos sítios.

A cooperação internacional constitui uma perspectiva particularmente apropriada para a conservação do patrimônio industrial, através de iniciativas coordenadas e compartilhamento de recursos. Deverão ser elaborados critérios compatíveis para relacionar inventários e bases de dados internacionais. (Carta de Nizhny Tagil, item 3, § 10, p. 5)

Assim, uma preocupação com o intercâmbio internacional tem relação com o documento de 1956, a *Recommendation on International Principles Applicable to Archaeological Excavations*, citada por Froner (2001), que considera

a importância da preservação de monumentos e vestígios do passado; convencidos de que esses estudos promovem o entendimento entre as nações; considerando que os governos de cada país devem ser orientados por certos princípios já comprovados e que a partir da regulamentação das escavações de acordo com a jurisdição própria, os princípios básicos soberania podem conviver harmonicamente com a liberdade de entendimento e o livre intercâmbio internacional". (p. 209).

Dessa maneira, percebe-se uma preocupação com o estabelecimento de relações entre Estados determinada a preservar uma documentação e a conservar elementos materiais de um passado industrial que compõem uma importante parte para construção de uma teoria e prática da arqueologia industrial cuja preocupação central conforma-se à busca das relações sócio-histórico-econômicas. (Bouchenaki, 1999).

Torró (1994) propõe um modelo de preservação e conservação do patrimônio industrial que haja uma inter-relação entre as diversas ciências envolvidas com foco nos processos industriais que se compõem de estudos arqueológicos, documentais ou de diferentes formas de uso de “vestígios” materiais para fins culturais, como por exemplo, aqueles utilizados inclusive como fonte histórica. A Carta de Veneza, de 1964, apresenta uma relação na qual os “*aspectos arquitetônicos dos monumentos parecem ser mais relevantes do que as questões arqueológicas*”. (Froner, 2001, p. 211). Diferentemente, a

preocupação arqueológica na Carta de Nizhny Tagil tem igualmente uma preocupação com os elementos formais arquitetônicos, sua preservação e conservação ao definir que:

[...] Os critérios de avaliação de edifícios industriais deverão ser definidos e publicados para que o público possa tomar conhecimento de normas racionais e coerentes. Com base numa investigação apropriada, estes critérios deverão ser utilizados para identificar as mais significativas paisagens, complexos industriais, sítios, tipologias de implantação, edifícios, estruturas, máquinas e processos industriais. (item 3, §6, p. 5) (TICCIH, 2003).

Um elemento de interesse ao patrimônio industrial que tem por origem a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1972), considera, segundo FRONER (2001, p. 211), “os elementos ou estruturas de caráter arqueológico, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”. Analogamente, a Carta de Nizhny Tagil considera que elementos do patrimônio industrial podem ser identificados como

[...] testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões para proteger o patrimônio industrial se baseiam no valor universal daquele testemunho, mais que na singularidade de quaisquer sítios excepcionais. (item 2, § 1, p. 3) (TICCIH, 2003).

Observa-se, então, uma característica ímpar da arqueologia industrial a qual apresenta como elementos patrimoniais, os centros fabris e seus entornos, além das diversas formas de produção organizacional e sistemas de trabalho a elas relacionados. Colabora, assim a um entendimento dos processos industriais e suas implicações em relação à vida do homem cujos elementos de análise estão também colocados na Carta de Nizhny Tagil:

O patrimônio industrial reveste-se de um valor social como parte do registro de vida de homens e mulheres comuns e, como tal, proporciona-lhes um importante sentimento de identidade. Na história da indústria, da engenharia e da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, podendo também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua concepção. (Item 2, § 2, p. 3-4) (TICCIH, 2003).

Complementarmente aos parâmetros até então desenvolvidos, tem-se as preocupações com a formação profissional e a ética para os processos de escavação na carta do ICOMOS, “*Gerenciamento e Proteção do Patrimônio Arqueológico*”, de 1990, em que se observa, segundo Froner (2001, p. 213), “*a importância das investigações não apenas pelas descobertas em si, mas também pelas pistas e pela luz que lançam sobre as teorias e as linhas de pesquisas concernentes àquele objeto de estudo*”.

As idéias propostas na Carta de Nizhny Tagil, apresentadas por Bergeron (2002), propõem estudos de arqueologia e patrimônio industrial como fonte de contribuição em que o papel do profissional de arqueologia encontra-se complementado ao daquele

desenvolvidos por outras ciências humanas e sociais cuja análise dos pesquisadores permitem a observação de um contexto global de seu objeto de estudo.

A característica da interdisciplinaridade compreende uma variação da percepção do patrimônio arqueológico, sob a perspectiva da arqueologia industrial em que o desenvolvimento de um trabalho, como observado por Froner (2001, p. 220), está *“além das técnicas ou dos profissionais envolvidos; está circunscrito na esfera da percepção, das escolhas, da filosofia de ação e das justificativas relacionadas tanto à validade das pesquisas, quanto à integridade dos resultados ou o uso dos mesmos”*.

Ao se recorrer às técnicas de investigação e à curiosidade investigativa com a finalidade de permitir uma absorção de conhecimentos próprios de geógrafos, arquitetos ou historiadores, além daqueles próprios aos profissionais da conservação e restauração, e de gestores e economistas que utilizam a documentação e os “vestígios materiais” para a restauração/reestruturação de processos que compõem não somente a história das organizações, mas da própria sociedade em que estão inseridas. Ainda assim, se deve recorrer a outros profissionais, como etnólogos e sociólogos para buscar reconstruir as relações laborais e sociais dos processos industriais e seu entorno, além das relações sociais estabelecidas nos lugares de trabalho.

## **5 I REFLEXÕES: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, A CONSERVAÇÃO E A RESTAURAÇÃO**

Os campos da conservação e restauração compreendem diferenciados elementos patrimoniais que caracterizam múltiplas possibilidades de valorização e permitem um amplo leque de considerações que enquadram desde aspectos artístico-culturais à instrumentação, à tecnologia e equipamentos industriais. Para Froner (2001) a valorização dos objetos/bens/artefatos se faz a partir de uma dupla percepção que se tem.

[...] um elemento a ser preservado quando lhe é imputado um valor histórico, artístico e cultural. Assim, a noção de objeto permeia duas possibilidades de significados na rede das trocas simbólicas: o valor é dado em função da luz que ele traz ao conhecimento e é inerente à sua condição estética, fazendo com que os parâmetros oscilem entre esses polos. (p. 241).

A partir dessa interpretação, pode-se inferir igualmente em uma necessidade de multidisciplinaridade profissional quando se trata de exemplares do patrimônio industrial: aqueles que são demandados por sua qualificação diretamente relacionada a fatores de desenvolvimento tecnológico e das técnicas aplicadas à funcionalidade; e aqueles tem como áreas de conhecimento aquelas relacionadas à estética cultural e patrimonial, profissionais da museológica, da conservação e da restauração vinculados aos aspectos de sua preservação. Tem-se ainda outros profissionais demandados que se vinculam à revitalização de áreas industriais ou paisagens industriais cuja área de conhecimento se

relaciona a aspectos da memória e da história socioeconômica (por exemplo, historiadores, sociólogos), bem como em elementos da identidade pessoal e social (antropólogos, arqueólogos) a partir dos vínculos entre homem-trabalho e empresa-sociedade.

Deve-se ressaltar, também, que a participação e o envolvimento da sociedade revelam e sintetizam uma importância vital que tem por princípio a formação de conceitos de preservação e conservação de patrimônio que determinam uma inter-relação de identidade e identificação cultural e social de indivíduos e grupos, das organizações e seu entorno. O patrimônio industrial permite a construção de interpretações à memória e história sociais em que se percebe a importância e a relevância da história organizacional e empresarial e suas influências na vida social, cultural, político e econômica. Uma adequada “síntese organizacional”, pluralista e complexa a partir do ponto de vista que permite uma percepção diferenciada de como se pode descrever e perpetuar histórias organizacionais. Assim, ao se avaliar as diversas formas de expressão do patrimônio industrial deve-se considerar a existência de um grupo de instrumentos que garantam a expansão de sua aplicabilidade – sejam atuações particulares ou coletivas, iniciativas privadas ou estatais – e que permitam vislumbrar a agregação da visão de cultura, memória e história a um patrimônio alicerçado na ciência e na tecnologia. (Bruno, 1997).

O patrimônio cultural possui uma complexidade e multiplicidade de formas de expressão em que devem ser considerados diversos contextos, como por exemplo os objetos industriais incorporados ao patrimônio cultural e histórico, em ambientes urbanos, rurais e complexos naturais. Assim, a discussão quanto à identidade e identificação desses objetos como elementos patrimoniais passa pelas políticas de gestão e reconhecimento do patrimônio. O desenvolvimento de instrumentos e ações de conservação e restauração que abarquem a multiplicidade de formas de expressão do patrimônio propicia sua identificação e determina sua inclusão. Para além dos documentos, cartas e demais instrumentos discutidos no trabalho, tem-se ainda a possibilidades de interpretações de outros instrumentos e documentos que tratam da preservação e conservação do patrimônio cultural os quais podem ser traduzidos e adaptados ao patrimônio cultural industrial.

## REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio. **Arquitetura e cultura**. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, p. 243-250, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES-RESTAURADORES (ABRACOR). **Boletim Eletrônico da ABRACOR**, n. 1, p. 1-2, jun. 2010.

BERGERON, Louis. El Patrimonio industrial, ¿Qué hacer? In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel. (coord.) **Patrimonio industrial**: Lugares de la memoria: proyectos de reutilización en industrias culturales, turismo y museos. 1ª. ed. Gijón: INCUNA, 2002, p.11-16.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Coleção Artes & Ofícios. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

BOUCHENAKI, Mounir. International conservation organizations. **The GCI Newsletter**, v. 14, n. 1, Spring 1999, s.p. Disponível em: [http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/14\\_3/feature1\\_8.html](http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/14_3/feature1_8.html). Acesso em 20 mar. 2015.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e museus: princípios, problemas e métodos. **Cadernos de Sociomuseologia**, vol. 10, n° 10, 1997.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. São Paulo: Fino Traço, 2011.

FRONER, Yacy-Ara. Bens Culturais Móveis. In: **Os domínios da memória**: um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos *campi* da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação. 2001. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 205-20; 238-50; 283-93.

HUDSON, Kenneth. **Industrial Archaeology**. London: Methuen; University Paperbacks, 1965.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração. IN: BOITO, Camillo. **Os restauradores**: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. Cotia: Ateliê Editorial, pp. 9-28, 2008.

MINCHINTON, Walter. World Industrial Archaeology: A Survey. IN: **World Archaeology**, out 1983, vol. 15, nº 2, p. 125-136.

PALMER, Marilyn; NEAVERSON, Peter. **Industrial archaeology**: principles and practice. Londres: Routledge, 1998.

RIEGL, Alois. 2006. **O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos**. Coleção Arte & Comunicação. Lisboa: Edições 70, 2013.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; FRONER, Yacy-Ara. **Reconhecimento de materiais que compõem acervos**. (Tópicos em conservação preventiva; 4). Belo Horizonte: LACICOR/EBA/UFMG, 2008.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Charters**, 2003. Disponível em: <[ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf](http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2014.

TORRÓ, Josep. Arqueología, trabajo e capital. Algunas consideraciones a propósito do II Congrès d'Arqueología Industrial do País Valencià. **Revista Sociología del Trabajo**. n. 22, p. 47-62, 1994.

TRINDER, B. **The Blackwell Encyclopaedia of industrial archaeology**. Londres: Blackwell, 1992.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Autonomia 10, 1, 3, 8, 9, 17, 18, 20, 21, 22, 43, 44, 53, 55, 56, 64, 118

### B

Barreiras Ambientais 42

### C

Câmara dos Deputados 9, 12, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178

Cartas Patrimoniais 11, 115, 126, 157

Conservação 11, 58, 59, 60, 62, 67, 69, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 141, 143, 154, 155, 156, 164, 166, 168, 169, 171, 172, 176, 177

### D

Desenho Urbano 74, 82, 83, 93, 105, 107, 109

Documentação 18, 58, 59, 62, 63, 125, 126, 127, 129, 153, 167

### E

Espaço Público 44, 72, 82, 83, 85, 89, 91, 92, 93, 111, 112

Extensão Universitária 82, 85, 93

### F

Fragilidade Socioespacial 9, 10, 1

### G

Gerenciamento de Riscos 166, 168, 169, 171, 172, 176

### H

Humanización 25

### I

Impacto Ambiental 9, 8, 25

Inclusão 4, 19, 42, 85, 116, 130

Intervenções urbanísticas 154

### P

Paisagem Cultural 11, 142, 143, 147, 149, 151, 152, 153, 165

Participação popular 82, 85, 93

Patrimônio 9, 11, 2, 5, 8, 58, 64, 70, 105, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 177,

178

Patrimônio Cultural 58, 64, 70, 115, 116, 119, 121, 122, 126, 130, 131, 141, 143, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 162, 167, 168, 169, 171, 172, 177, 178

Patrimônio Histórico 105, 117, 126, 132, 133, 135, 141, 158, 165, 167, 168, 169, 170, 171

Patrimônio Imaterial 9, 11, 117, 133, 142, 144, 145, 151, 152, 158

Patrimônio Industrial 9, 11, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 130

Performance Urbana 105

Periferia Metropolitana 1, 93

Políticas públicas 93, 140, 154, 155, 164

Preservação 8, 18, 70, 80, 115, 116, 118, 119, 121, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 139, 140, 143, 151, 154, 156, 157, 163, 166, 168, 169, 170, 172, 176, 177, 178

Princípio Responsabilidade 94, 104

Progresso 94, 95, 96, 97, 103, 118

## **R**

Rehabilitación- Salud 25

Relações Porto-Cidade 11, 94, 98

Restauração 11, 60, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 129, 130, 131

Revitalização Urbana 105

Rota acessível 42

## **S**

Setor Hospitalar Local Sul 10, 72, 73, 80

Sítio histórico 154, 155, 164

Sustentabilidad 25, 27

## **T**

Tecnologias Alternativas Em Arquitetura 1

Turismo Cultural 105, 152

## **V**

Vila Economizadora 11, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

Vilas Operárias 65, 132, 137

## **W**

Workshops Colaborativos 82, 92

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade

---

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade

---